

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.852 - PR (2019/0300034-4)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : CARLOS ALBERTO RICHÁ  
**ADVOGADOS** : WALTER BARBOSA BITTAR - PR020774  
RODRIGO JOSÉ MENDES ANTUNES - PR036897  
RAFAEL JUNIOR SOARES - PR045177  
LUIZ ANTONIO BORRI - PR061448  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

## EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.  
PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA  
DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA  
CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO RECURSAL LIMINARMENTE  
INDEFERIDA.

## DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CARLOS ALBERTO RICHÁ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido no HC n.º 0034237-78.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que, no âmbito da "Operação Rádio Patrulha", o Recorrente foi denunciado como incurso no art. 317, § 1.º, do Código Penal e no art. 90 da Lei n.º 8.666/1993 (Ação Penal n.º 0024228-52.2018.8.16.0013), juntamente com mais 12 (doze) corréus.

Por ocasião do oferecimento da resposta à acusação, a Defesa apresentou as seguintes teses: "**a) incompetência absoluta, por se tratar de crime eleitoral; b) inépcia formal da denúncia, pela falta de delimitação da conduta do réu; c) ilicitude da prova pela quebra da cadeia de custódia; d) ausência de justa causa, pois a denúncia está baseada exclusivamente em delações premiadas; e) falta de justa causa em razão da atipicidade subjetiva** (mov. 1.49 – *Projudi em 2º grau*)" (fl. 69).

Irresignada com a decisão que recebeu a denúncia, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem. Confira-se a ementa do julgado (fls. 48-49):

"HABEAS CORPUS. CRIMES DE CORRUPÇÃO E  
FRAUDE À LICITAÇÃO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA PELO

# *Superior Tribunal de Justiça*

*JUÍZO A QUO PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INVIABILIDADE. DENÚNCIA FORMALMENTE APTA. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 41 DO CPP. TIPICIDADE DAS CONDUTAS EM TESE IMPUTADAS AO PACIENTE. VERIFICAÇÃO. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA QUE SE MOSTRA ESCORREITO. AMPLA FUNDAMENTAÇÃO. ELEMENTOS INDICIÁRIOS CONSISTENTES E ROBUSTOS QUE NÃO SE LIMITAM ÀS PROVAS ADVINDAS DA COLABORAÇÃO PREMIADA. JUSTA CAUSA CONFIGURADA. WRIT QUE NÃO É A SEDE ADEQUADA PARA O EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.*

*I - O trancamento da ação penal é providência excepcional, admitida apenas naquelas hipóteses em que a ausência de justa causa fique evidenciada de plano. Não se verificando hipótese de trancamento, pela ausência de prova cabal e inconteste, não há como se conceder a ordem. Decerto que para a pretensão constitucional ora perseguida seja acolhida, é imprescindível que, primeiro, estejam presentes os documentos necessários ao exame da causa (prova pré-constituída) e, segundo, que eles próprios demonstrem a ilegalidade do ato.*

*II - Os sobejos elementos indiciários da prática de corrupção e fraude licitatória, desse modo, demonstram a contento a justa causa para o recebimento da denúncia. Ao contrário do que afirmam os impetrantes a denúncia criminal não está lastreada unicamente na colaboração premiada, mas em inúmeros elementos indiciadores, angariados de fontes absolutamente autônomas, e independentes dos outros meios de obtenção de prova, a teor do artigo 157, §2º, do Código de Processo Penal.*

*III - Não se pode olvidar que os delitos foram em tese praticados sob a estrutura do Governo do Estado do Paraná, no denominado programa 'Patrulha do Campo', com o envolvimento de seus principais homens de confiança, o que demonstra a gravidade e seriedade dos acontecimentos.*

*IV - Assim sendo, não é viável tecer argumentação sem respaldo fático probatório pré-constituído, posto que do exame dos autos verifica-se às claras a ampla objetividade e concisão da denúncia ofertada, não sendo possível perante a sede estreita do presente writ, a qual não se constitui no remédio adequado para pretender a absolvição do acusado, o que somente poderá ser melhor analisado na sede do mérito da ação penal instaurada contra o paciente."*

Nas razões recursais, aduz a Defesa, de início, que a matéria arguida no writ originário era concernente à "imputação genérica e abstrata feita pelo Ministério Público da conduta supostamente criminosa do recorrente, bem como à falta de justa causa em razão da atipicidade subjetiva da conduta narrada" (fls. 71-72). No entanto, a

# Superior Tribunal de Justiça

Corte estadual teria decidido com base em fundamentos alheios aos requerimentos formulados, sem examinar a tese de atipicidade **subjetiva** da conduta.

Sustenta a inépcia formal da denúncia, por ausência de delimitação das condutas do ora Recorrente, em ofensa à ampla defesa e ao contraditório. Assevera que *"basta a leitura da exordial acusatória para verificar que a suposta participação do recorrente é deficientemente descrita, uma vez que deixa de explicitar de que modo ocorreu a participação de Carlos Alberto Richa na prática delituosa, valendo-se de afirmações genéricas e presunções indevidas para concluir que o recorrente figurou como sujeito ativo dos delitos"* (fls. 74-75).

Alega a ausência de justa causa para a ação penal, tendo em vista a absoluta inexistência de dolo do Recorrente. Argumenta que os atos administrativos apontados na denúncia – despacho que autorizou a concorrência pública e homologação da licitação – foram assinados pelo Acusado com base em pareceres jurídicos que analisaram a conformidade legal da licitação, tanto com as normas federais, quanto com as estaduais.

Afirma que (fls. 80-81):

*"[...] no próprio despacho de lavra de Carlos Alberto Richa, mencionado na denúncia, ele mesmo informa que realiza a homologação do certame em questão, em mero juízo de conveniência e oportunidade, com base não apenas neste parecer mencionado e transcrito parcialmente acima (Informação nº 1272/2012 – PGR/NJ/CC), mas também com fulcro nos seguintes pareceres jurídicos: 'nº 497/2012, 498/2012, 499/2012-PJ/DER' (mov. 1.190, fl. 19; mov. 1.93, fl. 57 e mov. 1.80, fl. 13 – Projudi em 2º grau), os quais também só vieram a ser juntados aos autos após a obtenção de liminar pela defesa no âmbito do Superior Tribunal de Justiça."*

Defende, desse modo, que a *"a mera análise da documentação licitatória seria suficiente para verificar a ausência de dolo do recorrente Carlos Alberto Richa e a total incoerência da hipótese acusatória"* (fl. 81). Acrescenta, ainda, que, em nenhum momento, a denúncia menciona a existência de conluio entre o Réu e a assessoria jurídica, o que reforçaria a tese de ausência de justa causa.

Pleiteia, em liminar, a imediata suspensão da Ação Penal n.º 0024228-52.2018.8.16.0013, em trâmite perante o Juízo da 13.ª Vara Criminal de Curitiba/PR, até o julgamento do presente recurso ordinário, e, no mérito, o seu

# Superior Tribunal de Justiça

trancamento.

É o relatório. Decido.

No caso, não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que os autos foram mal instruídos.

Com efeito, verifico que o Recorrente não juntou aos autos as cópias das peças processuais necessárias à compreensão da controvérsia, notadamente da denúncia, da decisão de recebimento e dos demais documentos que foram analisados no acórdão impugnado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus (ou seu respectivo recurso)** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como o Recorrente não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do pedido.

No mesmo sentido: **RHC 112.662/PR**, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 30/05/2019; **RHC 113.063/PR**, Rel. Ministro JORGE MUSSI, DJe de 23/05/2019; **RHC 113.776/PR**, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJe de 10/06/2019; **RHC 118.057/PR**, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 19/09/2019; **RHC 113.276/PR**, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 29/05/2019; **RHC 112.496/PR**, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 14/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XVIII, alínea *a*, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora